



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
Gabinete do Vereador RUBINHO NUNES

**REQUERIMENTO DE CRIAÇÃO DE
COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO**

(do Sr. Vereador Rubinho Nunes)

Requer a criação e instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar a realização de procedimentos médicos de interrupção gestacional fora dos casos previstos no ordenamento jurídico pátrio no Hospital Municipal Maternidade-Escola Vila Nova Cachoeirinha, no município de São Paulo.

Sr. Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do artigo 91, do Regimento Interno da Câmara Municipal de São Paulo, a criação e instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar a realização de procedimentos médicos de interrupção gestacional fora dos casos previstos no ordenamento jurídico pátrio no Hospital Municipal Maternidade-Escola Vila Nova Cachoeirinha, no município de São Paulo. A presente Comissão Parlamentar de Inquérito será composta por 7 (sete) membros e terá duração pelo prazo de 120 dias, prorrogáveis por igual período.

São Paulo, 21 de maio de 2024.

RUBINHO NUNES
Vereador - UNIÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
Gabinete do Vereador RUBINHO NUNES

JUSTIFICATIVA

Conforme amplamente divulgado na imprensa, a Prefeitura de São Paulo suspendeu, em dezembro de 2023, o serviço denominado “Aborto Legal”, que é um procedimento de interrupção de gestação autorizado pela legislação brasileira e que deve ser oferecido gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no Hospital Maternidade-Escola Vila Nova Cachoeirinha, com o objetivo de aumentar a capacidade para a realização de cirurgias, no entanto, tal procedimento somente é permitido em casos que a gravidez é decorrente de estupro, quando há risco à vida da gestante ou quando há um diagnóstico de anencefalia do feto.

Entretanto, o Secretário de Saúde Municipal, Dr. Luiz Carlos Zamarco, solicitou uma apuração interna por parte da pasta relacionado a suspeitas de que a unidade fazia abortos fora dos casos previstos por lei, sobretudo, pelo elevado número de pessoas de outros estados da Federação que buscam o referido serviço na capital e, que, se a suspeita fosse confirmada, pediria a instauração de uma sindicância.





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
Gabinete do Vereador RUBINHO NUNES

Além disso, o Conselho Regional de Medicina de São Paulo (Cremesp) suspendeu por seis meses o registro de duas médicas que atuavam no Hospital e Maternidade Vila Nova Cachoeirinha, na zona norte da capital paulista.

Isto posto, nesse contexto e diante da gravidade dos fatos relatados, a presente Comissão Parlamentar de Inquérito possui a finalidade de investigar supostos procedimentos médicos de interrupção gestacional fora dos casos previstos no ordenamento jurídico para promover transparência e responsabilização, assegurando que as políticas de saúde pública sejam executadas em conformidade com as normas e os princípios éticos para resguardar a defesa do direito dos nascituros no município de São Paulo.

Portanto, considerando a importância e a relevância da presente Comissão Parlamentar de Inquérito para a cidade de São Paulo, peço apoio dos nobres pares.

São Paulo, 21 de maio de 2024.

RUBINHO NUNES
Vereador - UNIÃO